



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXV PALMAS, QUINTA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 2015

Nº 2246



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Osires Damaso (DEM)

1º Vice-Presidente: Dep. Luana Ribeiro (PR)

2º Vice-Presidente: Mauro Carlesse (PTB)

1º Secretário: Dep. Jorge Frederico (SD)

2º Secretário: Dep. Elenil da Penha (PMDB)

3º Secretário: Dep. Júnior Evangelista (PRTB)

4º Secretário: Dep. Olyntho Neto (PSDB)

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Reunião às quartas-feiras, às 8h.

MEMBROS EFETIVOS: Valdemar Júnior (PSD–Presidente), Wanderlei Barbosa (SD–Vice-Presidente), Nilton Franco (PMDB), Eduardo Siqueira Campo (PTB) e Zé Roberto (PT)

MEMBROS SUPLENTE: Eli Borges (PROS), Toinho Andrade (PSD), Luana Ribeiro (PR), Amália Santana (PT) e Vilmar de Oliveira (SD)

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Reunião às terças-feiras, às 14h.

MEMBROS EFETIVOS: Amélio Cayres (SD–Presidente), Valdez Castelo Branco (PP–Vice-Presidente), Olyntho Neto (PSDB), Luana Ribeiro (PR) e Paulo Mourão (PT)

MEMBROS SUPLENTE: Ricardo Ayres (PSB), Cleiton Cardoso (PSL), Mauro Carlesse (PTB), Eduardo do Dertins (PPS) e Wanderlei Barbosa (SD)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Reunião às terças-feiras, às 8h.

MEMBROS EFETIVOS: Cleiton Cardoso (PSL–Presidente), Júnior Evangelista (PRTB–Vice-Presidente), Eli Borges (PROS), Mauro Carlesse (PTB) e Amélio Cayres (SD)

MEMBROS SUPLENTE: Rocha Miranda (PMDB), Olyntho Neto (PSDB), Toinho Andrade (PSD), Eduardo Siqueira Campos (PTB) e Vilmar de Oliveira (SD)

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

Reunião às terças-feiras, às 14h.

MEMBROS EFETIVOS: Ricardo Ayres (PSB–Presidente), Amália Santana (PT–Vice-Presidente), Rocha Miranda (PMDB), Toinho Andrade (PSD) e Vilmar de Oliveira (SD)

MEMBROS SUPLENTE: Nilton Franco (PMDB), Olyntho Neto (PSDB), Valdez Júnior (PSD), Eduardo do Dertins (PPS) e Amélio Cayres (SD)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Reunião às quartas-feiras, às 14h.

MEMBROS EFETIVOS: Wanderlei Barbosa (SD–Presidente), Nilton Franco (PMDB–Vice-Presidente), Ricardo Ayres (PSB), Valdez Júnior (PSD) e Eduardo Siqueira Campos (PTB)

MEMBROS SUPLENTE: Rocha Miranda (PMDB), Júnior Evangelista (PRTB), Valdez Castelo Branco (PP), Luana Ribeiro (PR) e Vilmar de Oliveira (SD)

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Reunião às quartas-feiras, às 17h.

MEMBROS EFETIVOS: Rocha Miranda (PMDB–Presidente), Amélio Cayres (SD–Vice-Presidente), Toinho Andrade (PSD), Eduardo Siqueira Campos (PTB) e Eduardo do Dertins (PPS)

MEMBROS SUPLENTE: Eli Borges (PROS), Valdez Castelo Branco (PP), Mauro Carlesse (PTB), Amália Santana (PT) e Vilmar de Oliveira (SD)

COMISSÃO DE SAÚDE, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Reunião às quintas-feiras, às 15h.

MEMBROS EFETIVOS: Valdez Castelo Branco (PP–Presidente), Luana Ribeiro (PR–Vice-Presidente), Eli Borges (PROS), Olyntho Neto (PSDB) e Amália Santana (PT)

MEMBROS SUPLENTE: Nilton Franco (PMDB), Júnior Evangelista (PRTB), Valdez Júnior (PSD), Mauro Carlesse (PTB) e Zé Roberto (PT)

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reunião às quintas-feiras, às 8h.

MEMBROS EFETIVOS: Nilton Franco (PMDB–Presidente), Olyntho Neto (PSDB–Vice-Presidente), Valdez Júnior (PSD), Luana Ribeiro (PR) e Zé Roberto (PT)

MEMBROS SUPLENTE: Rocha Miranda (PMDB), Júnior Evangelista (PRTB), Valdez Castelo Branco (PP), Mauro Carlesse (PTB) e Eduardo do Dertins (PPS)

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Reunião às quintas-feiras, às 16h.

MEMBROS EFETIVOS: Ricardo Ayres (PSB–Presidente), Eduardo do Dertins (PPS–Vice-Presidente), Cleiton Cardoso (PSL), Mauro Carlesse (PTB) e Wanderlei Barbosa (SD)

MEMBROS SUPLENTE: Olyntho Neto (PSDB), Valdez Júnior (PSD), Eduardo Siqueira Campos (PTB), Zé Roberto (PT) e Amélio Cayres (SD)

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Reunião às quintas-feiras, às 17h.

MEMBROS EFETIVOS: Amália Santana (PT–Presidente), Valdez Castelo Branco (PP–Vice-Presidente), Eli Borges (PROS), Júnior Evangelista (PRTB) e Mauro Carlesse (PTB)

MEMBROS SUPLENTE: Nilton Franco (PMDB), Ricardo Ayres (PSB), Toinho Andrade (PSD), Eduardo Siqueira Campos (PTB) e Paulo Mourão (PT)

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reunião às terças-feiras, às 16h.

MEMBROS EFETIVOS: Vilmar de Oliveira (SD–Presidente), Rocha Miranda (PMDB–Vice-Presidente), Júnior Evangelista (PRTB), Toinho Andrade (PSD) e Eduardo Siqueira Campos (PTB)

MEMBROS SUPLENTE: Eli Borges (PROS), Ricardo Ayres (PSB), Cleiton Cardoso (PSL), Mauro Carlesse (PTB) e Amélio Cayres (SD)

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa

Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Taquigrafia e Documentação

Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

OFÍCIO Nº 551/2015 - GABPR

Palmas, 3 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **OSIRES DAMASO**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins
Palácio Deputado João D'Abreu, Praça dos Girassóis
77.003-905 – PALMAS_TO

Assunto: **Encaminhamento do Anteprojeto de Lei nº 3/2015.**

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência com o propósito de encaminhar o Anteprojeto de Lei nº 3/2015, aprovado, por unanimidade, na 4ª Sessão Plenária Extraordinária, realizada no dia 21 de julho de 2015, por meio da Resolução nº 457/2015_TCE_PLENO, publicada no Boletim Oficial de nº 1439/2015, do dia 22 de julho de 2015, o qual dispõe sobre a instituição do Programa de Aposentadoria Incentivada destinado aos membros e aos integrantes do quadro de servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

Ressalto, Senhor Presidente, que o precitado projeto é imprescindível para este Sodalício, pois tem por finalidade obter, a curto prazo, significativa redução da despesa com a folha de pagamento do pessoal, em ordem a alcançar-se o indispensável reequilíbrio das contas públicas submetidas à gestão fiscal desta Corte de Contas.

Por fim, solicito de Vossa Excelência seus valorosos préstimos no sentido de que a tramitação do Anteprojeto de Lei nº 3/2015 se processe em regime de urgência, tendo em vista, como já reportado, a sua relevância para este Tribunal de Contas do Estado.

Atenciosamente,

Conselheiro **MANOEL PIRES DOS SANTOS**
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI Nº 03/2015

Institui o Programa de Aposentadoria Incentivada destinado aos membros e aos integrantes do quadro de servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

Art. 1º É instituído, no Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, o Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI.

§ 1º Ao PAI podem aderir os membros e os servidores efetivos do Tribunal de Contas que, até 31 de dezembro de 2016, preencham os requisitos para a aposentação voluntária.

§ 2º É vedada a adesão ao PAI do membro ou servidor que estiver respondendo:

I – a processo disciplinar;

II – a processo judicial pela imputação de ato ou fato criminoso, ímprobo ou outro que implique a perda do cargo ou a restituição de valores ao erário.

§ 3º A adesão ao PAI implica:

I - a permanência no exercício das funções do cargo até a data de publicação do ato da aposentadoria;

II - a irreversibilidade da aposentadoria concedida nos termos desta Lei;

III – a impossibilidade de investidura em cargo de provimento em comissão no Tribunal de Contas pelo prazo de três anos da publicação do ato de aposentadoria.

Art. 2º O incentivo de adesão ao PAI corresponde à indenização de 25% sobre o subsídio ou vencimento do aderente auferido no mês anterior ao da vigência desta lei, multiplicado pelo quantitativo de anos de serviços prestados ao Tribunal de Contas do Estado, excluído o tempo ficto.

§ 1º A indenização de que trata este artigo:

a) é atribuída exclusivamente ao membro ou servidor que formalizar a adesão ao PAI em sessenta dias da publicação do regulamento desta lei, mediante resolução administrativa do Tribunal de Contas;

b) é paga, alternativamente:

1. à vista, em até noventa dias do recebimento dos direitos indenizatórios da aposentadoria;

2. em parcelas mensais, segundo cronograma de desembolso definido em norma interna do Tribunal de Contas, atendida a programação orçamentária;

c) não se incorpora, para nenhum efeito, aos proventos de aposentadoria, nem compõe margem de cálculo consignável;

§ 2º Para os efeitos deste artigo, as frações de ano são contadas por cálculo duodecimal, considerando-se por inteiro a fração de mês igual ou superior a quinze dias.

Art. 3º A indenização instituída nesta lei não interfere no cálculo dos proventos de aposentadoria a que tiver direito o aderente na forma da legislação.

Art. 4º Os pedidos de adesão ao PAI são classificados pelo recebimento cronológico, segundo listagem formada a partir de análise do órgão gerenciador, e nesta ordem decididos pelo Presidente do Tribunal.

Art. 5º Cabe ao Presidente do Tribunal de Contas definir a margem dos recursos orçamentário-financeiros destinados ao custeio do PAI.

Art. 6º Incumbe ao Tribunal de Contas:

I – receber os pedidos de aposentadoria de que trata esta Lei, instruí-los, em procedimento sumário, e promover-lhes a análise técnico-jurídica;

II – baixar e publicar os atos constitutivos da decisão proferida no processo;

III – encaminhar ao Igeprev a decisão concessiva de aposentadoria para a imediata inclusão em folha de pagamento.

Parágrafo único. Mantida a inclusão do benefício em folha de pagamento, incumbe ao Igeprev:

I – proceder à análise dos atos de que trata este artigo;

II – diligenciar, junto ao Tribunal de Contas, eventuais providências saneadoras.

Art. 7º As despesas inerentes à indenização pela adesão ao PAI correm à conta das dotações orçamentárias próprias do Tribunal de Contas.

Art. 8º Incumbe ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins expedir o regulamento desta lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Conselheiro **MANOEL PIRES DOS SANTOS**
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 95/2015

Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Goiatins – Adescog.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Goiatins – Adescog.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Associação de Desenvolvimento Comunitário de Goiatins-Adescog, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que é regida por estatuto social próprio, inscrita no CNPJ nº 00.767.053/0001-32, com sede na Av. Sousa Porto, s/n, município de Goiatins-TO, encontra-se regularmente legalizada e em pleno funcionamento.

A Associação de Desenvolvimento Comunitário de Goiatins-Adescog tem por finalidade, entre outras, organizar eventos culturais e desportivos para a sociedade em geral.

No desenvolvimento de suas atividades, a Adescog tem observado, e sempre observará, os princípios básicos do Direito Administrativo, ou seja, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência, e nunca fez, nem fará, discriminação de qualquer natureza, seja ela de raça, cor, gênero ou religião.

Portanto, cumpre a esta Casa de Leis envidar esforços de sua alçada para tornar esta promissora liga de Utilidade Pública Estadual, objeto do presente Projeto de Lei, observando as normas legais vigentes.

Desta feita, plenamente justificada pela relevância social, conto com a aquiescência dos demais Pares desta Augusta Casa à presente proposição.

Sala das Sessões, 7 de julho de 2015.

AMÉLIO CAYRES
Deputado Estadual

Atas das Sessões Plenárias

8ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

24 de junho de 2015

Ata da Sexagésima Quarta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte e quatro do mês de junho, do ano de dois mil e quinze, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, os Senhores Deputados, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Osires Damaso, secretariado pelos Senhores

Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário, e Elenil da Penha, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Eli Borges, Jorge Frederico, Júnior Evangelista, Mauro Carlesse, Nilton Franco, Olyntho Neto, Paulo Mourão, Ricardo Ayres, Rocha Miranda, Toinho Andrade, Vilmar de Oliveira, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Valdez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados José Bonifácio e Valdemar Júnior. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 59/2015, de autoria da Senhora Governadora do Estado, em exercício, encaminhando o Projeto de Lei número 17/2015, que “Altera a Lei 2.945, de 23 de abril de 2015, que institui o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais-Refis, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 75/2015, de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse, que “Veda o uso da expressão “boa aparência” ou equivalente em anúncios de recrutamento de pessoal para ofertas de emprego na imprensa escrita, falada, televisiva ou em qualquer meio eletrônico”; Projeto de Lei número 78/2015, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “Institui o serviço de Hospital Veterinário Público no Estado do Tocantins, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 80/2015, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária de Rio Sono-ACRS Terra Dourada”; Ofícios oriundos da Caixa Econômica Federal-CEF, informando liberação de recursos financeiros, no âmbito dos Programas Saneamento para Todos e Pró-Moradia; Ofícios oriundos da Caixa Econômica Federal- CEF, informando liberação de recursos financeiros, no âmbito dos Programas Aperfeiçoamento SUS, Prodesa e CPAC; Ofício número 1.043/2015, oriundo do Bloco formado pelos Partidos PMDB e PROS, comunicando a renúncia do Senhor Deputado Eli Borges, como líder do referido bloco, e indicando o Senhor Deputado Nilton Franco para substituir o mesmo; Ofício número 67/2015, oriundo do Ministério da Justiça, encaminhando relação de convênios celebrados em 2014, entre esse Ministério, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, e o Estado do Tocantins; Ofícios oriundos da Secretaria Geral de Governo, em resposta a Requerimentos do Senhor Deputado Osires Damaso; Ofício número 189/2015, oriundo da Secretaria da Saúde, informando celebração de Termo Aditivo firmado com a Prefeitura de Guaraí; e Ofício número 394/2015, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana, que solicita a retirada da sua assinatura constante no recurso administrativo proposto pelo Ministério Público do Estado do Tocantins, referente ao Projeto de Lei Complementar número 4/2014, que “Altera a Lei Complementar número 51, de 2 de janeiro de 2008, que Institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins. Na Apresentação de Matérias, foram entregues o Projeto de Lei que recebeu o número 83/2015, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres; e os Requerimentos que receberam os números: 1.382 a 1.399. Logo após, assumiu a Segunda Secretaria o Senhor Deputado Júnior Evangelista. No horário destinado às Comunicações, usou a tribuna o Senhor Deputado Eduardo Siqueira Campos. Na deliberação da Ordem do Dia, foi anunciada em turno único de discussão e votação, a Mensagem Veto número 27/2015, Veto Parcial, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Veta parcialmente, o Autógrafo de Lei Complementar número 1, de 8 de abril de 2015”, que deu origem ao Processo número 204/2015, o qual, votado secretamente, foi aprovado, com catorze votos não e sete votos sim, perfazendo

um total de vinte e um votantes, ficando mantido o Veto Parcial, foi encaminhado à Secretaria para comunicar à autoridade competente. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 59/2015, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, que “Declara de Utilidade Pública Estadual o Grande Oriente do Brasil-Tocantins-GOB-TO”, que deu origem ao Processo número 255/2015; 61/2015, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha, que “Declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Hoje-UTH situado em Araguaína”, que deu origem ao Processo número 252/2015; e 77/2015, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto, que “Declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Terra Sustentável, no município de Filadélfia”, que deu origem ao Processo número 286/2015; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 5/2015, de autoria do Governador do Estado, que “Reajusta os benefícios de aposentadoria e pensão por morte, mantidos pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins- Igeprev-Tocantins, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 193/2015; e 13/2015, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, que “Dá nome à TO-239, no trecho que liga a BR-153 ao município de Tupirama-TO”, que deu origem ao Processo número 125/2015; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 2/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Dispõe sobre a regulamentação das relações jurídicas e atos praticados com base na Medida Provisória número 36, de 18 de setembro de 2014”, que deu origem ao Processo número 76/2015, o qual, votado, foi aprovado; a Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Tocantins promulgou o Decreto Legislativo número 124, de 24 de junho de 2015, e encaminhou à Secretaria para comunicar à autoridade competente. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 8/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Dispõe sobre a regulamentação das relações jurídicas e atos praticados com base na Medida Provisória número 5, de 25 de fevereiro de 2013”, que deu origem ao Processo número 239/2013, o qual, votado, foi aprovado; a Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Tocantins promulgou o Decreto Legislativo número 125, de 24 de junho de 2015, e encaminhou à Secretaria para comunicar à autoridade competente. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 9/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Dispõe sobre a regulamentação das relações jurídicas e atos praticados com base na Medida Provisória número 47, de 8 de dezembro de 2014”, que deu origem ao Processo número 490/2014, o qual, votado, foi aprovado; a Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Tocantins promulgou o Decreto Legislativo número 126, de 24 de junho de 2015, e encaminhou à Secretaria para comunicar à autoridade competente. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 10/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Dispõe sobre a regulamentação das relações jurídicas e atos praticados com base na Medida Provisória número 42, de 27 de novembro de 2014”, que deu origem ao Processo número 478/2014, o qual, votado, foi

aprovado; a Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Tocantins promulgou o Decreto Legislativo número 127, de 24 de junho de 2015, e encaminhou à Secretaria para comunicar à autoridade competente. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 11/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Dispõe sobre a regulamentação das relações jurídicas e atos praticados com base na Medida Provisória número 48, de 19 de dezembro de 2014”, que deu origem ao Processo número 77/2015, o qual, votado, foi aprovado; a Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Tocantins promulgou o Decreto Legislativo número 128, de 24 de junho de 2015, e encaminhou à Secretaria para comunicar à autoridade competente. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 12/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Dispõe sobre a regulamentação das relações jurídicas e atos praticados com base na Medida Provisória número 45, de 2 de dezembro de 2014”, que deu origem ao Processo número 454/2014, o qual, votado, foi aprovado; a Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Tocantins promulgou o Decreto Legislativo número 129, de 24 de junho de 2015, e encaminhou à Secretaria para comunicar à autoridade competente. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 13/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Dispõe sobre a regulamentação das relações jurídicas e atos praticados com base na Medida Provisória número 41, de 26 de novembro de 2014”, que deu origem ao Processo número 463/2014, o qual, votado, foi aprovado; a Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Tocantins promulgou o Decreto Legislativo número 130, de 24 de junho de 2015, e encaminhou à Secretaria para comunicar à autoridade competente. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação o Projeto de Decreto Legislativo número 14/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Dispõe sobre a regulamentação das relações jurídicas e atos praticados com base na Medida Provisória número 44, de 2 de dezembro de 2014”, que deu origem ao Processo número 455/2014, o qual, votado, foi aprovado; a Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Tocantins promulgou o Decreto Legislativo número 131, de 24 de junho de 2015, e encaminhou à Secretaria para comunicar a autoridade competente. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 15/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Dispõe sobre a regulamentação das relações jurídicas e atos praticados com base na Medida Provisória número 46, de 02 de dezembro de 2014”, que deu origem ao Processo número 452/2014, o qual, votado, foi aprovado; a Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Tocantins promulgou o Decreto Legislativo número 132, de 24 de junho de 2015, e encaminhou à Secretaria para comunicar à autoridade competente. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 16/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Dispõe sobre a regulamentação das relações jurídicas e atos praticados com base na Medida Provisória número 43, de 27 de novembro de 2014”, que deu origem ao Processo número 479/2014, o qual, votado, foi aprovado; a Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Tocantins promulgou o Decreto Legislativo número 133, de 24 de junho de 2015, e encaminhou+ à Secretaria para comunicar à

autoridade competente. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 1.361, 1.330, 1.331, 1.345, 1.346, 1.347, 1.342, 1.343, 1.344, 1.356, 1.357, 1.321, 1.322, 1.323, 1.334, 1.335, 1.339, 1.367, 1.337, 1.338, 1.375, 1.376, 1.377, 1.378, 1.379, 1.380, 1.381 e 1.328, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. No horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Deputado inscrito declinou do uso da palavra. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e trintas e seis minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

8ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

24 de junho de 2015

Ata da Sexagésima Quinta Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia vinte e quatro do mês de junho, do ano de dois mil e quinze, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, os Senhores Deputados, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Osires Damaso, secretariado pelos Senhores Deputados Júnior Evangelista, Primeiro-Secretário, e Elenil da Penha, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Eli Borges, Jorge Frederico, Júnior Evangelista, Mauro Carlesse, Nilton Franco, Olyntho Neto, Paulo Mourão, Ricardo Ayres, Rocha Miranda, Toinho Andrade, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Valderez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo do Dertins, José Bonifácio, Olyntho Neto e Wanderlei Barbosa. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Não havendo Expediente a ser lido, passou-se à Apresentação de Matérias. Foram entregues os Requerimentos que receberam os números: 1.400 a 1.417. Logo após, foi aprovada a urgência do Requerimento que recebeu o número 1.360, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior. Em seguida, assumiu a Primeira Secretaria o Senhor Deputado Jorge Frederico. Logo após, o Senhor Presidente, de ofício, suspendeu a Sessão pelo prazo de até trinta minutos, para Reunião com os Senhores Deputados na Sala Vip, reabrindo-a às dezesseis horas e trinta e três minutos. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Valdemar Júnior, Elenil da Penha, Eduardo Siqueira Campos e Paulo Mourão. Em seguida, o Senhor Presidente determinou que se fizesse a Verificação de Quórum. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, José Bonifácio, Júnior Evangelista, Mauro Carlesse, Nilton Franco, Olyntho Neto, Ricardo Ayres, Toinho Andrade, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e as Senhoras Deputadas Amália Santana e Luana Ribeiro. Na Ordem do Dia, o Senhor Presidente por falta de quórum transferiu a deliberação para a Sessão subsequente. No horário destinado às Discussões Parlamentares, usou a tribuna o Senhor Deputado Valdemar Júnior. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a

Sessão às dezessete horas e cinquenta e um minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

8ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

25 de junho de 2015

Ata da Sexagésima Sexta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte e cinco do mês de junho, do ano de dois mil e quinze, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, os Senhores Deputados, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Osires Damaso, secretariado pelos Senhores Deputados Eli Borges, Primeiro-Secretário, e Elenil da Penha, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Eli Borges, Olyntho Neto, Paulo Mourão, Rocha Miranda, Toinho Andrade, Valdemar Júnior, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana e Valderez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Jorge Frederico, José Bonifácio, Júnior Evangelista, Mauro Carlesse, Nilton Franco, Ricardo Ayres, Vilmar do Oliveira, Wanderlei Barbosa e a Senhora Deputada Luana Ribeiro. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente de ofício transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Ofícios oriundos da Secretaria da Cultura, informando celebração de convênios firmados com diversas Prefeituras do Estado do Tocantins; e Ofícios oriundos da Secretaria da Saúde, informando celebração de termos aditivos firmados com as Prefeituras de Santa Fé do Araguaia e Sucupira. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Requerimentos que receberam os números: 1.418 a 1.421. No horário destinado às Comunicações, usou a tribuna o Senhor Deputado Elenil da Penha. Na Ordem do Dia, o Senhor Presidente por falta de quórum transferiu a deliberação para a Sessão subsequente. Logo após, assumiu a Primeira Secretaria a Senhora Deputada Amália Santana. No horário destinado às Discussões Parlamentares, usaram a tribuna os Senhores Deputados Paulo Mourão e Valdemar Júnior. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dez horas e trinta e nove minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

8ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

30 de junho de 2015

Ata da Sexagésima Sétima Sessão Ordinária

Às nove horas do dia trinta do mês de junho, do ano de dois mil e quinze, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, os Senhores Deputados, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Osires Damaso, secretariado pelos Senhores Deputados Eli Borges, Primeiro-Secretário, e Elenil da Penha, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo

tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Eli Borges, Jorge Frederico, José Bonifácio, Júnior Evangelista, Mauro Carlesse, Nilton Franco, Olyntho Neto, Paulo Mourão, Rocha Miranda, Toinho Andrade, Valdemar Júnior, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Valdevez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Ricardo Ayres, Vilmar de Oliveira e Wanderlei Barbosa. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 60/2015, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 38/2015, que “Institui o sistema de credenciamento de prestadores de serviços no âmbito da Administração Pública Estadual, e adota outras providências, reedição da Medida Provisória número 28, de 29 de maio de 2015”; Mensagem número 61/2015, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 39/2015, que “Altera as Leis números 2.575 e 2.578, ambas de 20 abril de 2012, na parte que especifica, reedição da Medida Provisória número 29, de 29 de maio de 2015”; Mensagem número 62/2015, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 40/2015, que “Dispõe sobre a organização da administração Direta e Indireta do Poder Executivo, e adota outras providências, reedição da Medida Provisória número 30, de 29 de maio de 2015”; Mensagem número 63/2015, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 41/2015, que “Altera os Anexos IV da Lei número 2.317, de 30 de março de 2010, e dispositivos das Leis números 2.892 e 2.893, ambas de 19 de agosto de 2014, reedição da Medida Provisória número 31, de 29 de maio de 2015”; Ofício número 55/2015, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, encaminhando as Contas Consolidadas do Governo do Estado, referentes ao exercício de 2012”; e Ofícios oriundos da Secretaria da Cultura, informando celebração de convênios firmados com diversas Instituições e Prefeituras do Estado do Tocantins. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 84/2015, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior; 85/2015, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto; 86/2015, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Siqueira Campos; e os Requerimentos que receberam os números: 1.422 a 1.432. Logo após, foi aprovada a urgência do Requerimento que recebeu o número 1.422, de autoria do Senhor Deputado Toinho Andrade. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Toinho Andrade, José Bonifácio e Olyntho Neto. Na deliberação da Ordem do Dia, foram anunciados em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 57/2015, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Liga Esportiva Regional de Augustinópolis-Lera, do município de Augustinópolis-TO”, que deu origem ao Processo número 251/2015; e 64/2015, de autoria do Senhor Deputado José Bonifácio, que “Declara de Utilidade Pública Estadual o Sindicato Rural de Arapoema, localizado no Município de Arapoema-TO”, que deu origem ao Processo número 267/2015; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à

segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 59/2015, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, que “Declara de Utilidade Pública Estadual o Grande Oriente do Brasil-Tocantins-GOB-TO”, que deu origem ao Processo número 255/2015; 61/2015, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha, que “Declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Hoje- UTH situado em Araguaína”, que deu origem ao Processo número 252/2015; e 77/2015, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto, que “Declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Terra Sustentável, no município de Filadélfia”, que deu origem ao Processo número 286/2015; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 1.360, 1.349, 1.368, 1.369, 1.370, 1.353, 1.354, 1.355, 1.371, 1.372, 1.373, 1.374, 1.358, 1.359, 1.363, 1.364 e 1.365, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. No horário destinado às Discussões Parlamentares, usaram a tribuna os Senhores Deputados Paulo Mourão e Eduardo Siqueira Campos. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e cinquenta e cinco minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

Atas das Comissões

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

8ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da Décima Primeira Reunião Ordinária

30 de junho de 2015

Às quinze horas, do dia trinta de junho de dois mil e quinze, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Eduardo Siqueira Campos, Nilton Franco, Valdemar Júnior, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e Amália Santana. O Senhor Presidente, Deputado Valdemar Júnior, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior, que foi lida e aprovada pelos Membros presentes. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias e foram nomeados relatores os Senhores Deputados: Valdemar Júnior, Processos números 281/2015 e 282/2015; Zé Roberto, Processo número 298/2015; Eduardo Siqueira Campos, Processo número 296/2015; e Nilton Franco, Processo número 299/2015. Na Devolução de Matérias, o Senhor Deputado Valdemar Júnior devolveu o Processo número 64/2015. Na Ordem do Dia, após a leitura e discussão do parecer do relator, o Processo número 64/2015 foi aprovado com substitutivo, acolhendo as emendas apresentadas pelo Senhor Deputado Nilton Franco e, após, encaminhado ao Plenário. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

Atos Administrativos

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 648/2015

**Republicar para correção.*

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR dos respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores do Gabinete do Deputado **José Bonifácio**, retroativo a 1º de maio de 2015:

- **Marizane Noleto Silva** - AP-14;
- **Divino Jerônimo da Silva** - AP-19;
- **Maria Lucia Alves dos Santos** - AP-19; e
- **Priscila da Silva Brito** - AP-19.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 12 dias do mês de maio de 2015.

Deputado **OSIRES DAMASO**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 747/2015

**Republicar para correção.*

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015, e

Considerando o Parecer Técnico nº 37/2015, aprovado pelo Despacho nº 3239/2015, do Gabinete do Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, Processo nº 2014/24830/001116,

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR o Decreto Administrativo nº 1016/2013, que concede Abono Permanência ao servidor efetivo **José Raimundo Teixeira César**, na parte em que consta a **partir de 20 de abril de 2012**, para considerar o período como a **partir de 20 de abril de 2010**.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 12 dias do mês de junho de 2015.

Deputado **OSIRES DAMASO**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 797/2015

**Republicar para correção.*

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Roberto Cavalcante Reis**, no cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-19, no Gabinete da

Deputada **Amália Santana**, retroativo a 1º de junho de 2015.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 18 dias do mês de junho de 2015.

Deputado **OSIRES DAMASO**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 845/2015

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR dos respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores do Gabinete do Deputado **Mauro Carlesse**, a partir de 1º de julho de 2015:

- **Crislene Divina dos Santos** - AP-01;
- **Ernesto Joaquim de Oliveira Junior** - AP-01
- **Lamark Paulo da Luz** - AP-01;
- **Larissa Santa Clara** - AP-01;
- **Samara Lunielle Soares Gama** - AP-01;
- **Tais Karlla dos Santos** - AP-01;
- **Vilma Francisco Ribeiro de Deus** - AP-01; e
- **Maria Consuelo Caldeira Cavalcante** - AP-02.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 30 dias do mês de junho de 2015.

Deputado **OSIRES DAMASO**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 846/2015

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR dos respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores do Gabinete do Deputado **Mauro Carlesse**, a partir de 1º de julho de 2015:

Thaynara Karoline Santos Batista	Assessor de Gabinete de Vice Presidente
Glauco Maciel Rodrigues	Assessor Especial de Gabinete de Vice Presidente
Paulo da Luz	Assessor Legislativo de Gabinete de Vice Presidente
Francinalva Gonçalves Costa Rodrigues	Assessor Parlamentar de Gabinete de Vice Presidente
José Mario Ferreira Santa Clara	Assessor Parlamentar de Gabinete de Vice Presidente
Fábio Candido Galvão	Assistente de Gabinete de Vice Presidente
Kesley José Gama de Sousa	Auxiliar Legislativo de Gabinete de Vice Presidente
Rozileide Carvalho Rodrigues	Auxiliar Legislativo de Gabinete de Vice Presidente
Welison Oliveira Sousa	Auxiliar Legislativo de Gabinete de Vice Presidente

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 30 dias do mês de junho de 2015.

Deputado **OSIRES DAMASO**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 847/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR para os respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores no Gabinete do Deputado **Mauro Carlesse**, a partir de 1º de julho de 2015:

- **Patricia da Silva Moura** - AP-01;
- **Ruiter Martins Mariano** - AP-01; e
- **Marcus Gonçalves da Silva** - AP-19.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 30 dias do mês de junho de 2015.

Deputado **OSIRES DAMASO**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 848/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Jais Evangelista de Oliveira**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-16, do Gabinete do Deputado **Eduardo Siqueira Campos**, a partir de 1º de julho de 2015.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 30 dias do mês de junho de 2015.

Deputado **OSIRES DAMASO**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 849/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR dos respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores do Gabinete do Deputado **Eduardo Siqueira Campos**, a partir de 1º de julho de 2015:

- **Edevanilde Xavier Dourado** - AP-02;
- **Marson Pereira do Nascimento** - AP-05;
- **Célia Gonçalves de Lima Coimbra** - AP-08;
- **Valtonia Gonçalves dos Santos** - AP-08;
- **Ana Lucia Carvalho de Araujo** - AP-12;
- **Diogo Marrones Gonçalves Damasceno** - AP-14;
- **Francisco Marinaldo Lopes** - AP-14;
- **Ana Eunice Fernandes do Monte** - AP-16;

- **Antonio Carvalho Araujo** - AP-16;
- **Iolanda Gloria Cortes** - AP-16;
- **João Henrique Miranda de Assis** - AP-16;
- **Lucirei Carneiro Rodrigues** - AP-16;
- **Renato Heitor Silva Vilar** - AP-16;
- **Adão Alves de Carvalho** - AP-17;
- **Mariazinha Pereira dos Santos** - AP-17; e
- **Meire Silva de Jesus** - AP-17.

Art. 2º NOMEÁ-LOS, para os respectivos cargos em comissão, da mesma lotação, a partir de 1º de julho de 2015:

- **Edevanilde Xavier Dourado** - AP-03;
- **Marson Pereira do Nascimento** - AP-06;
- **Célia Gonçalves de Lima Coimbra** - AP-09;
- **Valtonia Gonçalves dos Santos** - AP-09;
- **Ana Lucia Carvalho de Araujo** - AP-13;
- **Diogo Marrones Gonçalves Damasceno** - AP-15;
- **Francisco Marinaldo Lopes** - AP-15;
- **Adão Alves de Carvalho** - AP-19;
- **Ana Eunice Fernandes do Monte** - AP-19;
- **Antonio Carvalho Araujo** - AP-19;
- **Iolanda Gloria Cortes** - AP-19;
- **João Henrique Miranda de Assis** - AP-19;
- **Lucirei Carneiro Rodrigues** - AP-19;
- **Mariazinha Pereira dos Santos** - AP-19;
- **Meire Silva de Jesus** - AP-19; e
- **Renato Heitor Silva Vilar** - AP-19.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 30 dias do mês de junho de 2015.

Deputado **OSIRES DAMASO**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 850/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR para os respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores no Gabinete do Deputado **Eduardo Siqueira Campos**, a partir de 1º de julho de 2015:

- **Fabiola Daiane Casado** - AP-11;
- **Jackson Weber** - AP-11;
- **Dayra Rayane de Souza Póvoa** - AP-19; e
- **Juvenilde Pereira Martins** - AP-19.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 30 dias do mês de junho de 2015.

Deputado **OSIRES DAMASO**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 851/2015

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Diego Albano Santana Fernandes, no cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-19, no Gabinete do Deputado **Olyntho Neto**, retroativo a de 1º de abril de 2015.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 30 dias do mês de junho de 2015.

Deputado **OSIRES DAMASO**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 852/2015

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR dos respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores do Gabinete do Deputado **Amélio Cayres**, a partir de 1º de julho de 2015:

- **Antonio Fernandes de Sousa** - AP-19;
- **Simone Aparecida Pereira Bezerra** - AP-19.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 30 dias do mês de junho de 2015.

Deputado **OSIRES DAMASO**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 853/2015

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Marilia Pereira Mota, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-10, do Gabinete do Deputado **Vilmar de Oliveira**, a partir de 1º de julho de 2015.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 30 dias do mês de junho de 2015.

Deputado **OSIRES DAMASO**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 854/2015

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do**

Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR dos respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores do Gabinete do Deputado **Amélio Cayres**, retroativo a 1º de julho de 2015:

- **Gabriel Nogueira Alencar** - AP-14;
- **Maria do Bonfim Chagas Oliveira** - AP-19.

Art. 2º NOMEÁ-LOS, para os respectivos cargos em comissão, da mesma lotação, retroativo a 1º de julho de 2015:

- **Maria do Bonfim Chagas Oliveira** - AP-15;
- **Gabriel Nogueira Alencar** - AP-19.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 30 dias do mês de junho de 2015.

Deputado **OSIRES DAMASO**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 855/2015

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Domingos Aires de Macedo, do cargo em comissão de Assessor de Parlamentar AP-11, do Gabinete do Deputado **Toinho Andrade**, a partir de 1º de julho de 2015.

Art. 2º NOMEÁ-LO para o cargo, em comissão, de Assessor Parlamentar AP-19, da mesma lotação, a partir de 1º de julho de 2015.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 30 dias do mês de junho de 2015.

Deputado **OSIRES DAMASO**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 856/2015

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Josue Magalhães Aires, no cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-19, no Gabinete do Deputado **Toinho Andrade**, a partir de 1º de julho de 2015.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 30 dias do mês de junho de 2015.

Deputado **OSIRES DAMASO**
Presidente

PORTARIA Nº 105/2015 – P

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 3º da Resolução nº 306, de 4 de julho de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º DELEGAR competência para fiscalização dos contratos afetos às suas respectivas áreas, os Diretores:

- **Antonio Ribeiro dos Santos** - Diretor de Relações Públicas e do Cerimonial;

- **Clayton Sanches de Macedo** - Coordenador de Compras.

Designando-lhes atribuições para:

I – zelar pelo fiel cumprimento dos contratos, anotando em registro próprio todas as ocorrências às suas execuções, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submetendo à Diretoria Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem as suas competências, nos termos da lei;

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pelas empresas contratadas, em periodicidade adequada aos objetos contratados durante a sua vigência, e propor, eventualmente, à autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento para pagamento;

IV – facultada aos respectivos Diretores de Área a designação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los de informações pertinentes à atribuição delegada.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 10 dias do mês de agosto de 2015.

Deputado **OSIRES DAMASO**
Presidente

PORTARIA Nº 203/2015 – DG

O **Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso IX da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015, outorgado pelo Decreto Administrativo nº 656, de 12 de maio de 2015, do Presidente da Assembleia Legislativa, com fulcro no art. 37 da Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007,

Considerando que o servidor **Oswaldo Correia de Melo Filho**, matrícula nº 067, Diretor de Taquigrafia e Documentação, encontrar-se-á afastado por motivo de férias,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora **Lucilene Assunção Oliveira Cavalcante Yamada**, matrícula nº 8293, para responder pela referida função no período de 24/07/2015 a 07/08/2015.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 22 dias do mês de julho de 2015.

Antonio Ianowich Filho
Diretor Geral

PORTARIA Nº 208/2015 – DG

O **Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no art. 78, IX, da Resolução nº 319, de 30 de abril 2015,

RESOLVE:

Art. 1º LOTAR, no Gabinete da Deputada **Valderez Castelo Branco**, o Assistente Administrativo **Hélio Andrade de Aguiar Sobrinho**, matrícula nº 271709-2, integrante do quadro de pessoal do Poder Executivo, cedido a este Poder Legislativo, através da Portaria nº 803 – CSS, de 10 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.412, de 10 de julho de 2015, no período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2015, com ônus para a origem.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 4 dias do mês de agosto de 2015.

Antonio Ianowich Filho
Diretor Geral

PORTARIA Nº 209/2015

O **Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso IX da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015, outorgado pelo Decreto Administrativo nº 656, de 12 de maio de 2015, e em consonância com a Portaria nº 59 – P, de 25 de março de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR o resultado da Avaliação Especial de Desempenho referente ao período 01/04/2014 a 31/03/2015.

Matr.	Nome	Nota
760	Thiago Pinheiro Maciel	88

Art. 2º HOMOLOGAR o resultado final da Avaliação Especial de Desempenho no Cargo referente aos períodos: 01/04/2013 a 31/03/2014 e 01/04/2014 a 31/03/2015.

Matr.	Nome	Biênio		Média
		2013/2014	2014/2015	
760	Thiago Pinheiro Maciel	85,00	88,00	86,50

Gabinete do Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 4 dias do mês de agosto de 2015.

Antonio Ianowich Filho
Diretor Geral

PORTARIA Nº 210/2015 – DG

O **Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso IX da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015, outorgado pelo Decreto Administrativo nº 656, de 12 de maio de 2015, do Presidente da Assembleia Legislativa, com fulcro no art. 37 da Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007,

Considerando que a servidora **Maria Rosane Alves Miranda**, matrícula nº 143, Coordenadora de Assistência Social, Direitos e Deveres Funcionais, encontrar-se-á afastada por motivo de férias,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora **Maria Vanilse Noletto da Silva**, matrícula nº 292, para responder pela referida função no período de 03/08/2015 a 17/08/2015.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 5 dias do mês de agosto de 2015.

Antonio Ianowich Filho
Diretor Geral

PORTARIA Nº 211/2015 – DG

O **Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 78, inciso IX da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015, outorgado pelo Decreto Administrativo nº 656, de 12 de maio de 2015, do Presidente da Assembleia Legislativa, com fulcro no Art. 86, da Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007, e na Portaria nº 281-DG, de 10 de outubro de 2014,

Considerando a concessão de Licença para Tratamento de Saúde por meio de Despacho nº 6.009/2015, da Junta Médica Oficial do Estado,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER, por necessidade do serviço, o segundo período das férias legais da servidora **Walesca Giradi de Oliveira**, matrícula nº 397, Assistente Legislativo-Administrativo, referente ao período aquisitivo de 05/04/2014, a 04/05/2015, de 04/05/2015 a 18/05/2015, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e a servidora.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 6 dias do mês de agosto de 2015.

Antonio Ianowich Filho
Diretor Geral

PORTARIA Nº 212/2015 – DG

O **Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso IX da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015, outorgado pelo Decreto Administrativo nº 656, de 12 de maio de 2015, do Presidente da Assembleia Legislativa, com fulcro no art. 37 da Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007,

Considerando que o servidor **Osmar Ferreira dos Santos**, matrícula nº 54, Coordenador de Administração de Pessoal, encontra-se afastado por motivo de férias,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora **Alessandra Lima Dias Mascarenhas**, matrícula n.º 793, para responder pela referida função no período de 05/08/2015 a 19/08/2015.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 7 dias do mês de agosto de 2015.

Antonio Ianowich Filho
Diretor Geral

PORTARIA Nº 213/2015 – DG

O **Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso IX da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015, outorgado pelo Decreto Administrativo nº 656, de 12 de maio de 2015, do Presidente da Assembleia Legislativa, com fulcro no art. 37 da Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007,

Considerando que o servidor **Salustiano Jorge da Silva**,

matrícula nº 181, Coordenador de Assistência ao Plenário, encontra-se afastado por motivo de férias,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor **Werbeton Fonseca de Miranda**, matrícula nº 260, para responder pela referida função no período de 09/07/2015 a 07/08/2015.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 7 dias do mês de agosto de 2015.

Antonio Ianowich Filho
Diretor Geral

PORTARIA Nº 216/2015 - DG

O **Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso IX da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015, outorgado pelo Decreto Administrativo nº 656, de 12 de maio de 2015 e com fundamento no disposto do art. 86, da Lei nº 1818, e na Portaria nº 281-DG, de 10 de outubro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER em razão da necessidade do serviço, a fruição das férias legais do servidor **Regismarques Soares Camarço**, matrícula nº 264, previstas para o período de 24/08/2015 a 22/09/2015, 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/03/2014 a 28/02/2015, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e ao servidor.

Gabinete do Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 11 dias do mês de agosto de 2015.

Antonio Ianowich Filho
Diretor Geral

DIRETORIA ADMINISTRATIVA**EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO nº 004/2015**

Em cumprimento ao que preceitua o Art. 61, Parágrafo Único da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins torna pública a celebração do seguinte Instrumento do Termo do Contrato nº 004/2015.

TERMO DE CONTRATO nº: 004/2015.

PROCESSO nº: 00187/2015

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins

CONTRATADA: **Belladata Buffet & Restaurante Ltda – ME.**

OBJETO: Prestação de serviços de alimentação preparada para atender os eventos referentes a treinamento, capacitação, solenidades e a Assembleia Itinerante desta Casa de Leis.

VALOR DO CONTRATO: Valor total estimado é de R\$293.460,00 (Duzentos e noventa e três mil, quatrocentos e sessenta reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: **Programa de Trabalho:** 01.031.1038.2342.0000 – Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais - Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros

Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

BASE LEGAL: Ata de Registro de Preços nº12/2014, Pregão Presencial nº15/2014, da Defensoria Pública do Estado do Tocantins 2010, Leis Federais nºs 8.666/93 e 10.520/2002 e alterações posteriores e demais legislações pertinentes.

DATA DA ASSINATURA: Palmas/TO, 30 de junho de 2015.

SIGNATÁRIOS: Osires Rodrigues Damaso – Presidente
Amos Marçal – Representante

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº035/2013

Em cumprimento ao que preceitua o Art. 61, Parágrafo Único da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins torna pública a celebração do seguinte Instrumento de 3º Termo Aditivo ao Contrato nº035/2013.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº: 0035/2013.

PROCESSO nº: 00078/2013

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins

CONTRATADA: Agência Multiface de Propaganda Ltda..

OBJETO: Alterar o subitem 3.1 da Cláusula Terceira do Contrato Originário de nº 0034/2013, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei de nº 8.666/93.

VALOR DO CONTRATO: Valor anual estimado de R\$ 9.738.259,68 (Nove milhões setecentos e trinta e oito mil duzentos e cinquenta e nove reais e sessenta e oito centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 10100 – Assembleia Legislativa do Tocantins, - Programa de Trabalho: 0103110382441000 – Realização de Publicidade e Propaganda Institucional - Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

DATA DA ASSINATURA: Palmas/TO, 7 de agosto de 2015.

SIGNATÁRIOS: Osires Rodrigues Damaso – Presidente
Marco Antonio de Pádua Siqueira – Representante

DEPUTADOS DA 8ª LEGISLATURA

Amália Santana (PT)

Amélio Cayres (SD)

Cleiton Cardoso (PSL)

Eduardo do Dertins (PPS)

Eduardo Siqueira Campos (PTB)

Elenil da Penha (PMDB)

Eli Borges (PROS)

Jorge Frederico (SD)

José Bonifácio (PR)

Júnior Evangelista (PRTB)

Luana Ribeiro (PR)

Mauro Carlesse (PTB)

Nilton Franco (PMDB)

Olyntho Neto (PSDB)

Osires Damaso (DEM)

Paulo Mourão (PT)

Ricardo Ayres (PSB)

Rocha Miranda (PMDB)

Toinho Andrade PSD

Valdemar Júnior (PSD)

Valderez Castelo Branco (PP)

Vilmar de Oliveira (SD)

Wanderlei Barbosa (SD)

Zé Roberto (PT)

